



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
URFBio Rio Doce - Núcleo de Apoio Regional de Timóteo**

Notificação IEF/NAR TIMÓTEO nº. 26/2023

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2023.

**Assunto: Notificação da decisão referente ao processo de regularização ambiental.**

**Referência: Requerimento para Intervenção Ambiental PA/Nº 2100.01.0015709/2023-44**

**Requerente: Município de Santa Bárbara**

Prezado,

Servimo-nos do presente para informar o **ARQUIVAMENTO** do processo de regularização de intervenção ambiental em epígrafe.

Segue parte do parecer técnico, para conhecimento:

**"Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo ARQUIVAMENTO, do requerimento de supressão de 3,1001 ha de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; 0,5225 ha de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP; 0,2650 ha de sem cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP e 169 árvores isoladas vivas em 1,9803 ha para pavimentação da rodovia MG 129, considerando que o empreendedor não apresentou todos os documentos solicitados, prejudicando, portanto, a análise da solicitação de intervenção ambiental. "**

Cabe-nos informar que quanto à decisão administrativa exarada, caso queira, poderá interpor recurso, conforme disposto no Decreto Estadual 47.749/2019:

Art. 79. Cabe recurso envolvendo toda a matéria objeto da decisão que:

I - deferir ou indeferir o pedido de autorização para intervenção ambiental;

II - determinar a anulação da autorização para intervenção ambiental;

III - determinar o arquivamento do processo.

Art. 80. O recurso deverá ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data de ciência da decisão impugnada, por meio de requerimento escrito e fundamentado, facultando-se ao recorrente a juntada de documentos que considerar convenientes.

O **arquivamento** do presente processo não impossibilita a abertura de novo processo, desde que não implique reaproveitamento dos custos referentes ao processo ora indeferido.

Informamos que caso o empreendimento esteja instalado ou em operação e continue sem a regularização ambiental, estará sujeito às penalidades de multas e até mesmo suspensão/embargo das atividades, conforme disposto no Decreto nº 47.383/2018.

Os documentos que subsidiaram esta decisão podem ser consultados através do Sistema de Decisões dos Processos de Intervenção Ambiental, através do seguinte endereço eletrônico: "<http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/consulta-intervencao/site/listar-decisoes>" .

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Araújo de Souza, Colaboradora**, em 23/11/2023, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?  
acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **77405260** e  
o código CRC **D9150A17**.

---

Referência: Processo nº 2100.01.0015709/2023-44

SEI nº 77405260